

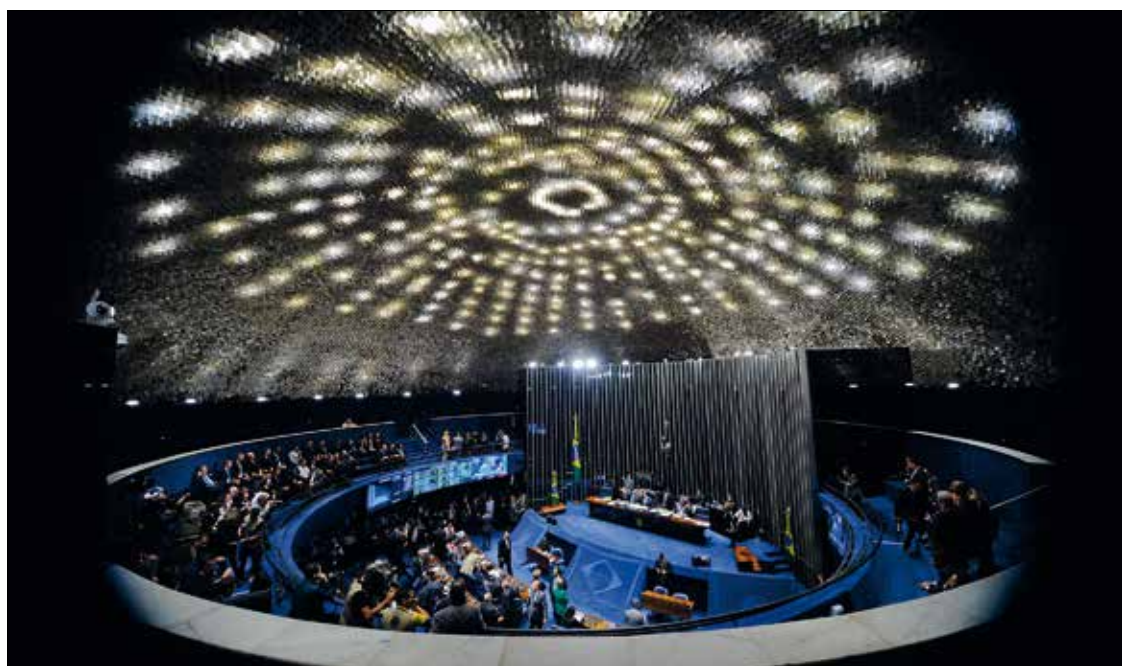


Senado pode votar hoje projetos sobre segurança pública

Um deles coloca segurança pública ao lado de educação, saúde e assistência social, áreas que não podem ficar sem transferências da União para estados e municípios

Os senadores podem votar hoje dois projetos sobre segurança pública que ganharam regime de urgência na última semana. Antes, porém, precisam destrancar a pauta com a votação da medi-

da provisória que cria a Agência Nacional de Mineração. O primeiro projeto trata de transferências da União para estados e municípios. O segundo disciplina os serviços de segurança privada. **3**



Antes das propostas sobre segurança, os senadores precisam votar MP sobre mineração, que tranca a pauta do Plenário

Jovens senadores tomam posse hoje no Plenário

O Senado recebeu ontem os 27 estudantes selecionados por meio de redação para a 9ª edição do Projeto Jovem Senador. Foram inscritas quase 154 mil redações de todo o país. Hoje, às 11h, eles tomam posse como jovens senadores, em sessão transmitida pelo Facebook. **2**



Jovens senadores comemoram chegada ao Senado para 9ª edição

Sancionada liberação de R\$ 1,2 bi para órgãos governamentais

O presidente Michel Temer sancionou na sexta-feira 12 leis que liberam R\$ 1,2 bilhão para vários órgãos do governo. Os projetos foram aprovados pelo Congresso no dia 8. **3**

Para debatedores, reforma produz empregos precários



A reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia 11, foi alvo de críticas em audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. Para os debatedores, modalidades como a terceirização e os trabalhos intermitente, avulso, autônomo e voluntário formalizaram um cardápio de contratos precários, que retiram direitos. **3**

Paulo Paim, vice-presidente da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, conduz debate

Tecnologia é essencial para garantir defesa, diz militar

Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores, os especialistas foram unânimes em apontar o avanço tecnológico como importante fator para o desenvolvimento da defesa nacional.

O chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, Alvani da Silva, disse que o programa espacial brasileiro alcançou competência significativa, mas ainda está aquém do necessário. O presidente da Agência Espacial Brasileira, José Coelho, afastou a possibilidade de privatização da Base de Alcântara, no Maranhão. **2**



Fernando Collor (2º à dir.) preside a audiência ao lado da deputada Bruna Furlan

especial
cidadania



Angela Peres/Secom-AC

Brasília (AC): situação de imigrantes haitianos preocupa autoridades

Regulamentação da nova Lei de Migração é criticada

A nova Lei de Migração já está em vigor e tirou do imigrante o rótulo de ameaça aos interesses nacionais e à segurança pública e o elevou à condição de pessoa plena de direitos contrabalançados por obrigações civis, penais e tributárias. A extensão dos efeitos do decreto que regulamentou a lei ainda está por ser medida, mas as reações

contrárias foram imediatas. O decreto reduz os benefícios previstos na lei e diminui o enfoque humanitário, segundo parlamentares, especialistas, organizações internacionais e a Defensoria Pública da União. Também há críticas por ele não ter sido abertamente debatido como foi o projeto de lei no Congresso. **4**

Para debatedores, programa espacial requer mais verbas

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores, representante do Ministério da Defesa afirmou que setor espacial é estratégico para o país e ainda precisa crescer, mas enfrenta falta de dinheiro e pessoal

ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM ontem de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) foram unânimes em apontar o avanço tecnológico como importante fator para a defesa nacional e destacaram que a Base de Alcântara, localizada no Maranhão, tem importância estratégica para o sistema de defesa do país. A base é usada para lançamento de satélites e desenvolvimento de tecnologias de defesa.

No debate coordenado pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), o chefe de Assuntos Estratégicos das Forças Armadas do Ministério da

Defesa, tenente-brigadeiro do ar Alvani Adão da Silva, disse que o Programa Espacial Brasileiro alcançou competência significativa, mas está aquém do necessário para o país.

Ele informou que o programa compreende a pesquisa e o desenvolvimento das tecnologias de veículos lançadores, de produção de satélites e da exploração espacial em geral.

De acordo com Silva, são pontos prejudiciais para o setor a falta de concursos regulares e a baixa previsão orçamentária. Como exemplo, citou que os Estados Unidos destinam US\$ 40 bilhões por ano para seu programa

espacial e a Argentina, mais de US\$ 1 bilhão, enquanto o Brasil emprega apenas US\$ 100 milhões por ano.

Sem privatização

O presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Coelho, afirmou que a missão da AEB é complexa, pois envolve a defesa do governo e da sociedade.

A agência é responsável pelo programa espacial brasileiro desde 1994.

Coelho defendeu o aumento do uso comercial da Base de Alcântara, com lançamento de satélite mais moderno, capaz de atender a demandas empresariais, e sugeriu mudanças na governança do setor, para tornar a agência mais ágil, como a Nasa americana. Ele negou que exista dentro do governo alguma intenção de privatizar a Base de Alcântara.

O diretor de Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Joanisval Brito Gonçalves, afirmou que o uso da Base de Alcântara preserva a soberania nacional, mas disse que o centro está "subutilizado". E defendeu os acordos com outros países como meio de acesso a novas tecnologias.



Fernando Collor falou na quarta-feira na Academia do Reino do Marrocos sobre a América Latina e a globalização. Ele defendeu o investimento em biotecnologia como caminho para a região se desenvolver e a globalização como forma de aumentar a competitividade.

Jovens senadores tomam posse hoje e elegem Mesa



Os 27 estudantes selecionados para participar da 9ª edição do Projeto Jovem Senador tomam posse hoje, às 11h, quando serão recebidos no Plenário para a solenidade de premiação. Em seguida, eles elegem o presidente, o vice-presidente e o secretário da Mesa Jovem.

Durante toda a semana, os jovens senadores realizarão reuniões em comissões e no

Plenário, podendo até apresentar propostas que, se forem aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tramitarão como projetos de lei.

Os jovens senadores foram selecionados por um concurso de redação. Neste ano, cerca de 154 mil redações de todo o país foram inscritas no concurso, que teve como tema "Brasil plural: para falar de intolerância".

Ontem os estudantes inauguraram no Senado uma exposição dos trabalhos ven-

cedores. Participaram da solenidade a secretária-geral-adjunta da Casa, Adriana Zaban, a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Maria Cristina Monteiro, e a diretora da Secretaria de Comunicação, Angela Brandão.

Uma das criadoras do Jovem Senador, Luciana Veiga ressaltou que, nesta edição, apenas três estudantes são de capitais.

Assista à posse dos alunos ao vivo: [facebook.com/SenadoFederal](https://www.facebook.com/SenadoFederal)
Veja o dia a dia dos jovens senadores: <http://bit.ly/fotosJovemSenador2017>

Lindbergh mostra indignação com ataque racista de blogueira

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou a blogueira Day McCarthy, que dirigiu ofensas raciais pela internet à filha de 4 anos dos atores Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank.



Waldemir Barrato/Agência Senado

O senador citou Nelson Mandela, segundo o qual, "se alguém aprendeu a odiar, também pode ser ensinado a amar".

— Eu fico me perguntando: onde estão aqueles defensores de crianças, que foram protestar em museus, falar sobre arte? Onde estão eles agora, repudiando esse ato criminoso de racismo?

Cristovam: é preciso refletir sobre origem das fortunas no Brasil

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o Brasil precisa refletir sobre a origem das grandes riquezas, ao se referir à reportagem da revista *Veja* que mostra que os novos ricos do país são os advogados da Lava Jato.



Waldemir Barrato/Agência Senado

A reportagem, disse, mostra o atraso do Brasil, quando comparado aos países que, para movimentar a economia, investem em conhecimento, alta tecnologia, inovação e criatividade.

— Nossas fortunas, algumas são da especulação no mercado financeiro e, agora, grandes advogados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Sabatina para o Dnit**
9h Sabatina de Mauro Magalhães, indicado para diretor de Finanças do Dnit.
- CPMI DA JBS/CPMI DO BNDES Depoimento**
9h Joesley Batista.
- CDH Agressão a índia em SC**
9h30 Audiência sobre agressões a uma integrante da Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina. Às 14h, audiência sobre a Sugestão 47/2017, que revoga lei que institui Paulo Freire como Patrono da Educação.
- CMA Pantanal**
9h30 Audiência interativa sobre políticas públicas desenvolvidas no Pantanal.
- CMO Obras irregulares no PLOA 2018**
9h30 Audiência para esclarecer indícios de irregularidades em obras do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018. Às 14h30, reunião deliberativa para analisar projetos de créditos especiais.
- CAE Reformas microeconômicas**
10h Relatório do grupo de trabalho de reformas microeconômicas. Após, 14 itens.
- CCJ Segurança pública**
10h Audiência interativa para avaliar a Política Nacional de Segurança Pública.
- CRA Pesquisa acadêmica**
11h Audiência sobre os impactos da pesquisa acadêmica no setor agropecuário.
- JOVEM SENADOR Posse**
11h Sessão especial destinada a empossar os jovens senadores.
- CE Pronatec**
11h30 Avaliação do Pronatec e deliberativa com 15 itens, entre eles, o PLS 737/2015, sobre educação indígena.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta a MP 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM).
- CCT Celular em presídios**
14h30 Entre 103 itens da pauta, o PLC 141/2017, sobre bloqueio de sinal de celular em prisões.
- MP 800/2017 Duplicação de rodovias**
14h30 Audiência com representantes do Ministério dos Transportes e da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos.
- MP 802/2017 Microcrédito**
14h30 Audiência interativa com representantes do Ministério do Trabalho, do Banco Central, do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa.
- MP 803/2017 "Refis do Funrural"**
15h Reunião de trabalho da comissão que analisa a MP que prorroga prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária e permite a renegociação das dívidas de produtores com o Funrural.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado pode votar hoje propostas para a área de segurança pública

Um dos projetos coloca setor de segurança entre os que não podem ficar sem transferências voluntárias da União para estados e municípios

LOGO APÓS DESTRANCAR a pauta, com a votação da MP 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração, os senadores podem votar hoje dois projetos que tratam de segurança pública e que ganharam regime de urgência na última semana.

Um dos projetos (PLS 247/2016) livra a área de segurança pública de estados e municípios de um possível corte de verbas por parte da União. Isso porque coloca a segurança pública ao lado da educação, da saúde e da assistência social entre os setores imunes à suspensão de transferências voluntárias, feitas

por convênios, para investimento em políticas públicas de interesse comum e ações de desenvolvimento social.

O SCD 6/2016 institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. O estatuto disciplina a autorização prévia e a fiscalização da Polícia Federal para os serviços de segurança privada e para o plano de segurança em dependências de instituições financeiras. Também trata, entre outros assuntos, do emprego de produtos de uso restrito, armas de fogo e de menor potencial ofensivo.

Ainda na área de segurança pública, os senadores podem

votar em primeiro turno a PEC 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O texto transfere para o fundo dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), recolhido pela União, e o ICMS, cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

Remédio fracionado

Também na pauta do Plenário está o projeto que determina a venda fracionada de

medicamentos veterinários em clínicas e pet shops. O PLC 59/2017 prevê que os medicamentos sejam vendidos em frações individualizadas, sem o rompimento da embalagem original, que deve conter os dados de identificação.

Outro projeto que pode ser votado nesta semana fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em operações dentro do país de transporte aéreo regular, não regular e de serviços aéreos especializados (PRS 55/2015).

Hoje a alíquota varia de 12% a 25% dependendo do estado onde ocorre o abastecimento.

Sancionada a liberação de R\$ 1,2 bilhão a órgãos do governo

Michel Temer sancionou na sexta-feira 12 leis que liberam créditos do Orçamento da União num total de cerca de R\$ 1,2 bilhão para vários órgãos governamentais. Publicadas no *Diário Oficial da União* de ontem, as propostas haviam sido aprovadas pelo Congresso no dia 8.

Entre elas, estão a Lei 13.521/2017 (PLN 28/2017), que é a que abre maior crédito, de R\$ 330 milhões, para a Presidência e para os Ministérios da Educação, da Justiça, do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, e a Lei 13.517/2017 (PLN 10/2017), que libera R\$ 305 milhões, a maior parte (R\$ 189,1 milhões) para despesas com indenização de seguro rural (Fundo de Estabilidade do Seguro Rural) e para auxiliar na contratação de seguros para exportação de produtos em geral (Fundo de Garantia à Exportação).

Raupp pede novo teto para o Simples em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao governador de Rondônia, Confúcio Moura, que aumente o teto de faturamento das micros e pequenas empresas em seu estado para fins de enquadramento no Simples. Em Plenário, o senador lembrou que o governo federal reajustou o teto do Simples Nacional, com efeitos positivos na cadeia econômica.

— Assim, mais empresas poderão continuar abertas — afirmou.

Ana Amélia pede votação de projeto sobre câncer

O Dia Nacional de Combate ao Câncer, celebrado ontem, foi lembrado pela senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela destacou a importância de exames para a detecção precoce da doença e pediu a aprovação, pela Câmara, da proposta que desburocratiza as pesquisas científicas.

Dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca), citados por Ana Amélia, indicam que desde o ano passado foram detectados 600 mil novos casos de câncer no país.

Especialistas afirmam que reforma criou empregos precários

Defendida pelo governo como uma medida necessária para dar fôlego aos empregadores e assegurar a criação de vagas, a reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia 11, formalizou um “cardápio de contratos de trabalho e de empregos precários”. Foi o que apontaram participantes de uma audiência pública promovida ontem pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho.

Modalidades como a terceirização e os trabalhos intermitente, avulso, autônomo e voluntário são, segundo os participantes, tentativas de retirar direitos conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores.

Para o procurador do Trabalho Paulo Joarês Vieira, as novas formas de trabalho ferem a Constituição e podem resultar no aumento da desigualdade social.

Vanessa afirma que governo só piora a reforma trabalhista

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) manifestou indignação com a condução do governo nas discussões sobre a reforma trabalhista. Ela lembrou que, na época da aprovação da reforma, senadores exigiram que Michel Temer se comprometesse a fazer mudanças.

Para a senadora, se algo for mudado, será para pior. Ela não acredita que a reforma moderniza as leis do trabalho, mas sim retira direitos.



Luciana Conforti fala na audiência, ao lado do senador Paulo Paim (C)

— Em vez de caminharmos no sentido de ampliar direitos, todas as novas formas de contratação são no sentido de retirar direitos — apontou.

A pesquisadora Ludmila Abílio, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp, avaliou que está em curso um processo de desumanização do trabalhador, o que ela classificou como “uberização” do mercado.

Paulo Rocha critica mudanças previdenciárias

Paulo Rocha (PT-PA) disse que o Brasil precisa encontrar caminhos para sair da crise sem jogar a conta nas costas do trabalhador e lamentou que essa não seja a prática do governo Michel Temer.

Ao criticar a nova proposta da reforma da Previdência, o senador sentenciou que o texto que o presidente apresentou na semana passada praticamente inviabiliza a aposentadoria com o pagamento integral do benefício.

— Estamos vendo o deslocamento da concepção do trabalhador como ser humano, portador de dignidade, para esse trabalhador que vai sendo reduzido a uma peça na produção.

Para o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, a criação de novos postos de trabalho não está garantida. Ele pesquisou exemplos de flexibilização das regras trabalhistas em

Previdência precisa voltar ao equilíbrio, diz Sérgio de Castro

Sérgio de Castro (PDT-ES) disse esperar que a reforma da Previdência chegue logo ao Senado para ser aperfeiçoada. A rejeição à reforma, segundo ele, é “algo natural”, porque o cidadão não é culpado pelos desequilíbrios financeiros da Previdência.

Para o senador, as medidas que deixaram de ser tomadas nas décadas passadas precisam ser adotadas agora para evitar que o Brasil sofra piores consequências.

outros países que também passaram por crises econômicas e constatou que em muitos casos houve apenas a substituição de empregos com mais garantias por outros com as mesmas funções, mas com menos direitos.

— Os efeitos macroeconômicos nesses países são extremamente modestos, especialmente quanto ao nível do emprego.

Diretora da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luciana Conforti disse que o governo ataca servidores com aumento da contribuição previdenciária, enquanto perdoa dívidas milionárias de empresas que devem à Previdência. O vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), concordou:

— O servidor paga durante toda a vida sobre o bruto. Eles querem apertar ainda mais para os servidores.

Paim anuncia greve contra alterações na aposentadoria

Paulo Paim (PT-RS) informou que na terça-feira haverá greve nacional contra a reforma da Previdência. Segundo ele, a sociedade vai mostrar que 95% dos brasileiros são contrários às mudanças propostas.

Paim também leu um artigo do bispo diocesano de Jales (SP), Reginaldo Andrietta, com críticas às alterações nas regras previdenciárias. O senador criticou a publicidade do governo sobre a reforma:

— Os argumentos são enganadores e mentem na televisão — disse.

Nova lei regula situação de estrangeiros no país

Regras da Lei de Migração entraram em vigor na semana passada, mas especialistas e parlamentares afirmam que o decreto que a regulamentou restringe a garantia de igualdade de direito a todos

Thais Böhm

NA SEMANA PASSADA, entrou em vigor a Lei de Migração (Lei 13.445/2017). As regras deveriam ter marcado o início de uma era de segurança jurídica, transparência e desburocratização da política migratória para o Brasil. Apesar de a Lei de Migração ratificar a Constituição, a professora de direito internacional Carolina Claro, da Universidade de Brasília (UnB), considera que o decreto de regulamentação (Decreto 9.199/2017) criou restrições à garantia dos mesmos direitos a nacionais brasileiros e imigrantes.

Quando pôs abaixo o Estatuto do Estrangeiro, de 1980, a nova lei, aprovada pelo Senado em abril, tirou do imigrante o rótulo de ameaça aos interesses nacionais e à segurança pública e o elevou à condição de um ser humano pleno de direitos contrabalançados por obrigações civis, penais e tributárias.

— Em um mundo no qual se fala de muros, impedimentos e restrições, estamos indo na direção contrária. A gente procura mostrar que a integração, a globalização não é somente econômica, é a globalização da convivência entre os povos — disse Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do projeto.

No entanto, o decreto reduz os benefícios previstos na lei e diminui o enfoque humanitário, conforme se queixam parlamentares, especialistas, organizações internacionais e a Defensoria Pública da União.

— A forma com que o decreto foi preparado estabelece novas discriminações e até criminaliza o fato de ser imigrante — protestou a deputada Maria do Rosário (PT-RS).

O projeto foi construído durante sua tramitação no Congresso com ampla participação da sociedade civil e de organizações internacionais, segundo Carolina. Já para o decreto, o governo realizou apenas uma audiência sobre o tema e disponibilizou a minuta

do texto em uma consulta pública considerada insuficiente pelos envolvidos.

— O decreto é extremamente discricionário — reclama a professora da UnB.

Para o defensor público da União Gustavo Zortea, alguns artigos do decreto geram problema de legalidade. No artigo 123 da Lei de Migração, exemplifica ele, está previsto: “Ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias”. Já o artigo 211 do decreto diz que “o delegado da Polícia Federal poderá representar perante o juízo federal pela prisão ou por outra medida cautelar”.

— Não se pode estabelecer uma medida cautelar sem que haja uma lei que a conforte.

Outro ponto controverso é o artigo 54, que estabelece que a condenação com sentença transitada em julgado poderá causar expulsão do estrangeiro. O decreto permite instaurar um procedimento de expulsão antes de uma decisão da Justiça para a qual não haja mais recurso.

— Há casos em que a pessoa é condenada em primeira instância, mas recorre e é absolvida em segunda — diz Zortea.

Um dos benefícios trazidos pela lei, do ponto de vista da Organização Internacional para Migrações (OIM), é a desburocratização das “avenidas migratórias”, dos caminhos enfrentados para entrar regularmente em um país. A lei extingue o visto permanente, mas permite o temporário.

— Quanto mais imigrantes chegarem regularmente, mais estarão protegidos pelo Estado e menos vulneráveis às redes criminosas — explica Marcelo Torelly, da OIM.

Retirada compulsória

A lei põe fim a prisões por razões migratórias e a deportações imediatas. São três tipos de retirada compulsória: a repatriação, a deportação e a expulsão. A repatriação (processo de devolução do estran-



Sírios no Rio: refugiados não estão submetidos à Lei de Migração

geiro ao seu país de origem) ocorre quando o imigrante é impedido de ingressar em território nacional pela fiscalização fronteiriça e aeroportuária brasileira. Antigamente, qualquer imigrante sem a documentação correta poderia ser privado de liberdade e, consequentemente, deportado (retirado do país pela Polícia Federal). Agora, os ilegais em território brasileiro serão autuados e terão direito a assistência jurídica pela Defensoria Pública para tentar permanecer no país.

Com a lei atual, estrangeiros sem os documentos adequados na fronteira, que estejam em situação de refúgio, que não tenham pátria, que necessitem de ajuda humanitária ou as crianças desacompanhadas serão acolhidos no Brasil. A expulsão só será utilizada caso o imigrante cometa um crime passível de pena privativa de liberdade. A expulsão era perpétua, salvo se revogada por decreto do Executivo. Com a nova lei, o expulso fica proibido de retornar ao país pelo dobro do tempo da condenação.

O Estatuto do Estrangeiro impedia a regularização do imigrante ilegal no país. Agora, pessoas nessa situação podem solicitar autorização de residência (visto temporário)

alegando motivos como tratamento de saúde, engajamento em um trabalho, chance de se reunir à família e obtenção de acolhida humanitária.

Oportunidades

Os estrangeiros que vêm morar no Brasil são, em sua maioria, de países fronteiriços, como Bolívia, Colômbia e Argentina, sobretudo em busca de trabalho. Mas cerca de 73 mil haitianos pediram refúgio no Brasil entre 2010 e 2016 devido à situação crítica do país após o terremoto de janeiro de 2010. O refúgio, porém, não se enquadra em casos de questões econômicas e ambientais.

Refugiados são pessoas que sofrem algum tipo de perseguição individual motivadas por opinião política, raça ou nacionalidade ou que fogem de uma violação generalizada de direitos humanos. Não estão submetidos à Lei de Migração, e sim à Lei 9.474/1997. Para superar esse obstáculo legal, o Brasil já vinha concedendo vistos humanitários aos haitianos.

— A nova lei avança no sentido de formalizar essa que já é uma boa prática do Estado brasileiro — avalia Torelly.

Em matéria de cooperação internacional, a nova lei autoriza acordos por meio dos



Tasso, relator do texto, pede globalização entre os povos

quais um imigrante condenado no Brasil possa cumprir pena em seu país de origem. Da mesma forma, um brasileiro residente no exterior poderá ser transferido para o Brasil, obtendo como a comutação da pena de prisão perpétua em privação temporária de liberdade, explica o consultor do Senado Tarciso dal Maso.

— Não podemos legislar para uma aplicação no exterior, mas há mecanismos para facilitar a volta dessa pessoa, permitir que se façam acordos.

Governança

No Brasil, questões relativas a migrações são atendidas pelos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Trabalho e pela Polícia Federal. Essa variedade de instituições causa problemas no acesso a informações corretas pelos imigrantes.

O francês Paul Sepaniak chegou a Brasília em 2012 com o objetivo de empreender no setor gastronômico. Por causa dos atropelos burocráticos (que a lei e o decreto parecem distantes de resolver), voltará em breve para a França.

— O caminho até as informações poderia ser mais simples e os preços, tabelados — afirma.

Opinião popular

A pesquisa *O debate sobre a Lei de Migração*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que as postagens contrárias ao projeto que descriminalizava o imigrante foram maiores se comparadas às que defendiam a proposta. O estudo analisou 60,5 mil tweets (mensagens compartilhadas por meio do Twitter) sobre a questão migratória no Brasil entre 17 de abril e 25 de maio, período entre a aprovação do Projeto de Lei 288/2013 pelo Senado e sua sanção presidencial. A hashtag mais recorrente, segundo a análise, foi #vetatemer (22,6 mil), seguida da #migracaoveta (1,9 mil), #migracaoao (1,3 mil) e #vetamigracaoatemer (1,3 mil). A hashtag #migrarédireito, usada por usuários que apoiam a nova lei, não teve um número expressivo de adeptos. A pesquisa disse ainda que os tweets favoráveis “se concentraram em criticar a posição dos que se opõem”, em vez de defender a proposta.

Saiba mais

Vídeo da TV Senado
<http://bit.ly/tvnovali>

Sistema Migrantweb (do Ministério do Trabalho)
<http://bit.ly/trabalhoimigrante>

Ministério da Justiça
<http://bit.ly/justicamigracao>

Polícia Federal:
<http://bit.ly/pfimigrantes>

Lei de Migração (Lei 13.445/2017)
<http://bit.ly/lmigracao>

Decreto 9.199/2017
<http://bit.ly/decretolmigracao>